

negócios

negocios.pt

1 2 3 7

Quarta-feira, 1 de Junho de 2016 | Diário | Ano XIII | N.º 3263 | € 1,90
Director Raul Vaz | Subdirectores André Veríssimo | Celso Filipe | Tiago Freire



**MAJORA VOLTA ÀS LOJAS
E JOGA NO DIGITAL**

EMPRESAS 23



**BCP CONSULTA
DADOS CONFIDENCIAIS
DO NOVO BANCO**

EMPRESAS 20 e 21

Publicidade

**Junho,
o mês de
todos os
riscos**

O referendo inglês e as decisões da Fed podem criar as condições para uma tempestade perfeita nos mercados.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8

ADSE recua nos cortes a privados



ADSE suspendeu por um mês cortes nas TAC e ressonâncias magnéticas, que deviam entrar hoje em vigor.

ECONOMIA 15

Serviços públicos podem reduzir horário

Projecto das 35 horas, hoje votado no Parlamento, prevê a redução do horário de atendimento.

ECONOMIA 14

Alfândegas
PME vão ter mais entraves nas importações

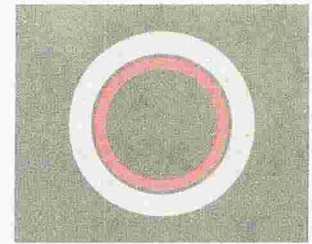
Código Aduaneiro da UE entrou em vigor há um mês.

PRIMEIRA LINHA 10 a 13

Depósitos
Saldo à ordem cresce 10 vezes mais que a prazo

Poupanças para os mais pequenos com juros à medida.

MERCADOS 28



Lex

Timor não deve ser visto como “destino de exportações”



RICARDO ALVES SILVA
SÓCIO DA MIRANDA

SUPLEMENTO

Publicidade



BAKER TILLY
Audit • Tax • Advisory

Portugal 2020

Pequeno-Almoço Debate

HF Ipanema Porto

3 Junho

Inscrições: marketing@bakertilly.com.pt

www.bakertilly.com.pt



É um horário de atendimento tendencial, indicativo, e terá de ser visto de ser visto caso a caso.

TIAGO BARBOSA RIBEIRO
Deputado do PS

Legalmente não há razão nenhuma para que, pelo facto de se reduzir o horário de trabalho, se reduza o horário de atendimento.

JOANA MORTÁGUA
Deputada do Bloco de Esquerda



Finanças também passaram a abrir mais meia hora de manhã, para um total de cinco horas e meia por dia, explica Paulo Ralha, do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos. Agora, ou se volta ao atendimento anterior ou se negocia um horário contínuo com abertura ao almoço, defende. Já nos tribunais, onde os funcionários não passaram formalmente às 40 horas, o alargamento do período de atendimento também nunca avançou.

PCP e Bloco não propõem alteração ao diploma

O projecto do Bloco de Esquerda, ao contrário do PS, não mexe neste ponto. "Legalmente não há razão nenhuma para que pelo facto de se reduzir o horário [normal] de trabalho se reduza o horário de atendimento", afirmou Joana Mortágua, que prefere dar margem ao Governo. "Deve ser dada liberdade às organizações".

O PCP também não prevê a redução deste período "tendencial" de atendimento, mas a deputada Rita Rato afirmou ao Negócios que a questão "é pacífica" e que não discorda da formulação da proposta apresentada pelo PS. ■ **COM FL**

BE "revela" data limite para 35h: até Outubro

A proposta do PS deixou de prever uma data limite na transição para as 35 horas de trabalho dos serviços onde isso crie maiores problemas, mas o Bloco de Esquerda deixou cair um prazo. Catarina Martins admitiu esta terça-feira que o processo de transição das 40 horas para as 35 horas seja concluído até Outubro.

A mais recente proposta do PS, que o Bloco de Esquerda o PCP querem aprovar hoje na especialidade, prevê que o diploma das 35 horas entre em vigor a 1 de Julho, mas continua a contemplar um período transitório, indeterminado, de negociação, nos casos onde "comprovadamente se justifique". Esta versão deixou cair a data limite de 31 de Dezembro.

"Julgo que ser com negociação com os sindicatos, significa que será, até, implementado mais cedo", afirmou Catarina Martins, porta-voz do Bloco de Esquerda, citada pela Lusa, estimando que "até Outubro esteja resolvido". "Falar de Outubro é estar a protelar no tempo um direito das pessoas", reagiu ao Negócios Guadalupe Simões, do Sindicato dos Enfermeiros.

As deputadas Rita Rato (PCP) e Joana Mortágua (BE) afirmam que a nova formulação do PS revela vontade de acelerar o processo.

PS deve chumbar medida para contratos colectivos

Esta terça-feira à tarde, o deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro admitia algumas alterações de pormenor ao diploma, mas sem mudanças de fundo nos pontos polémicos: o período transitório e o facto de excluir contratos individuais de trabalho. Os sindicatos vão tentar garantir que as 35 horas cheguem a todos ao mesmo tempo. Se não foi por lei, que seja por acordo colectivo. ■ **CAP**

ADSE suspende cortes a privados nas TAC e ressonâncias

Depois de ter cedido aos sindicatos, a ADSE cede aos privados. A associação de imagiologia, que muito contestou os cortes nas ressonâncias e nas TAC, conseguiu uma suspensão por um mês das alterações que iam entrar esta quarta-feira em vigor.

A ADSE suspendeu os cortes que ia fazer a privados pelas tomografias (TAC) e pelas ressonâncias magnéticas. As reduções nos pagamentos, que foram muito contestadas pela associação do sector, já não vão entrar em vigor esta quarta-feira, 1 de Junho, ficando suspensas por um mês.

A 13 de Maio o director-geral da ADSE anunciou em declarações à agência Lusa que ia pagar menos 13,3% pelas ressonâncias magnéticas e que os beneficiários iam pagar menos 15%.

No caso das tomografias computadorizadas (TAC), anunciou uma quebra de preço na ordem "de um a dois euros" que os privados calculam em 8%, mas neste caso sem alterações para os beneficiários.

O objectivo era que as novas tabelas entrassem em vigor esta quarta-feira, dia 1 de Junho, garantindo uma poupança de 1,7 milhões por ano à ADSE e de 200 mil euros aos beneficiários (no caso das ressonâncias magnéticas).

Mas, questionada esta terça-feira sobre as negociações, a associação do sector garantiu que estas alterações foram suspensas, informação confirmada ao Negócios pelo director-geral da ADSE.

"A entrada em vigor da tabela no que respeita às TAC e às ressonâncias ficou suspensa e vai ser criado um grupo de trabalho no sentido de racionalizar a tabela e os meios da ADSE", afirmou em resposta ao Negócios Armando Santos, presidente da ANAUDI, associação de imagiologia. "É uma boa notícia para todos" que

haja "colaboração entre as entidades", acrescentou.

Questionada, a ADSE confirma que estas medidas não vão entrar em vigor. Porquê? "Porque os preços apresentados pela ADSE mereceram alguma contestação por parte da ANAUDI e portanto foi equacionada a hipótese de se

validarem as propostas da ADSE em sede de grupo de trabalho criado para esse efeito". A ADSE não apresenta, no entanto, esta alteração como definitiva. "No entanto está prevista a entrada em vigor dos novos preços a 1 de julho de 2016, que no entanto poderão vir a incorporar algumas sugestões que venham a ser aprovados pelo grupo de trabalho".

Sendo assim, tendo em conta a informação oficial, nem a ADSE nem os beneficiários vão começar a poupar nestes meios de diagnóstico a partir desta quarta-feira, dia 1 de Junho. Com a suspensão ganham os pequenos prestadores de imagiologia e os grandes hospitais privados.

O que também fica suspenso para negociação - tal como já foi noticiado - é a introdução de um novo co-pagamento por parte dos beneficiários de 20% no caso das próteses intraoperatórias.

Mantém-se as novas tabelas de preços globais para prestadores comerciais, IPSS e misericórdias, que dizem respeito a cirurgias simples e que de acordo com as contas divulgadas há duas semanas pela ADSE poupam 3,4 milhões à ADSE e 1,8 milhões aos beneficiários.

Artur Osório, da associação que representa os hospitais privados (APHP) considera que foi "deselegante" a "imposição" de preços. Estima que o sector perca 4 a 5 milhões, num total de mais de 150 milhões. E acrescenta que 30% da facturação total é garantida pela ADSE. ■ **CAP**



Os preços apresentados pela ADSE mereceram alguma contestação por parte da ANAUDI e foi equacionada a hipótese de se validarem as propostas.



CARLOS LIBERATO BAPTISTA
Director-geral da ADSE

